

REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DE FHC¹

Fernando Casadei Salles²

MAIS UMA vez João dos Reis Silva Jr. brinda-nos com o lançamento do seu mais recente trabalho de pesquisa, o livro *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*.

De natureza predominantemente ensaísta, o livro constitui-se em uma crítica marxista aos pressupostos político-filosóficos que norteiam as referidas reformas realizadas na gestão do governo FHC.

O temário escolhido por Silva Jr. para organizar o livro é composto por quatro escritos, aparentemente independentes entre si, apresentados em forma de ensaio. Além de abordarem temáticas abrangentes, os escritos têm a característica de trabalharem temáticas distintas, mostrando a despreocupação do autor em discutir o tema central do livro de um ponto de vista monotemático. Os escritos escolhidos pelo autor são: Estado moderno, cidadania e educação; A reforma da educação superior brasileira e a produção da ciência engajada; A consolidação do campo profissional na reforma do ensino médio; Uma estratégia mercantil para concretização da reforma educacional.

Apesar de diversificados entre si quanto à abordagem temática, os ensaios ganham unidade na identidade crítica demonstrada em relação a doutrina neoliberal. A base comum desses ensaios consiste em criticar, por um lado, a elaboração das políticas sociais meramente como desdobramento das políticas econômicas e o mercado como método para as ações políticas da sociedade e, por outro lado, a idéia de que as políticas sociais precisam tomar como paradigma de eficiência a concepção estratégica vigente nos serviços privados. No caso da educação, tratar-se-ia, segundo as concepções criticadas, da sua contextualização em um mercado educacional.

¹ Professor do Programa de Mestrado em Educação da Uniso.

² SILVA JR., J. R. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

No primeiro capítulo, que serve como uma espécie de base de análise para os outros escritos, a preocupação do autor se concentra em discutir a ressignificação de alguns conceitos tais como cidadania e educação no contexto do Estado Moderno. Para isso, Silva Jr. faz uma análise tomando por base três grandes paradigmas político-filosóficos que se correspondem, por sua vez, com três períodos históricos diferentes nas relações entre Estado e educação.

No primeiro deles, o período do liberalismo, Silva Jr faz sua interlocução com o filósofo John Locke tomando por base as noções de educação e de Estado. Nesse período o que se conclui da sua interlocução com as obras do autor é que na base da consolidação dos estados nacionais a ação educativa assumiu características estratégicas para incorporar todos os indivíduos nos marcos e códigos culturais comuns da sociedade nacional e ajudá-los no exercício dos seus direitos cívicos elementares. Consolidado o processo de formação da cidadania, nos países centrais, do capitalismo mundial, que coincidiu com a transformação qualitativa do processo capitalista de concorrencial para o de monopólio, vimos a emergência de novas formas de regulação no Estado e na sociedade, com a criação do "Welfare State". Para entender e compreender a emergência do Estado de Bem-Estar Social e a sua relação com a educação, Silva Jr. se apóia na teoria marxista para captar o movimento do capital. Movimento esse que o autor o percebe de vários pontos de vista. Da reprodução, da expansão e até mesmo do deslocamento geográfico.

Na educação, o impacto deixa de se dar no âmbito da nacionalização e universalização dos códigos de cultura e cidadania dos indivíduos de determinada sociedade para se darem fundamentalmente na esfera da produção e do trabalho. Em outras palavras, a educação passa a ser reconhecida exclusivamente a partir da sua contribuição ao aumento da produtividade da força de trabalho. No novo esquema, a antiga metáfora da educação como instrumento de cidadania e de direito do indivíduo é substituída pela metáfora dos recursos humanos e a sua oferta, bem como o seu consumo, resultado de decisões técnicas de investimento tanto dos indivíduos, quanto do Governo.

Por fim, o terceiro período histórico proposto na análise de Silva Jr. diz respeito ao período do neoliberalismo. A análise de Silva Jr. coincide com a de Perry Anderson (1995) desenvolvida no artigo sobre o Balanço do Neoliberalismo, quando explica o surgimento do neoliberalismo nos países desenvolvidos "como uma contundente reação teórica e política contra o Estado intervencionista do Bem-Estar Social". Para Silva Jr. é o contexto de crise que marca a transição do modelo de "economia controlada" para o de uma "economia autônoma" a grande responsável pelo surgimento da doutrina neoliberal. Para o autor, "a artificialidade econômica representada pela construção do pleno emprego por meio do fundo público sem que se levasse em consideração a questão da produtividade do trabalho humano"(p.30) é a grande responsável pela crise do Estado do Bem Estar Social.

A pergunta que se faz diante dessa análise é saber se essa afirmação é válida apenas para as sociedades desenvolvidas, ou se ela se aplica também às sociedades subdesenvolvidas? Aplica-se ao Brasil? Teria aqui, onde Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, analisado o liberalismo como um grande equívoco nacional e Raimundo Faoro colocado em dúvida a existência de um pensamento político brasileiro, o

neoliberalismo surgido “como uma contundente reação teórica e política contra o Estado intervencionista do “Bem-Estar Social”? Ou devemos pensar o neoliberalismo simplesmente como um pensamento de ocupação?

Apesar da importância dessas questões serem inspiradas pelos escritos desenvolvidos por Silva Jr. não só pelo primeiro capítulo como também pelos demais do seu livro *Reforma e Educação no Brasil de FHC* e poderem vir a merecer atenção especial do autor em suas próximas reflexões, o que esperamos que aconteça dada a sua situação privilegiada de entendido no assunto para fazê-las, o objeto do ensaio não é a história do pensamento político brasileiro, mas sim a crítica das reformas do Estado e da educação realizadas no período dos governos de FHC.

O que importa destacar da análise de Silva Jr., nesse momento, é que as modificações nos paradigmas econômicos dos países desenvolvidos, à partir dos quais o autor analisa as noções de Estado e de educação, também se fazem refletir em termos de mudanças no processo de desenvolvimento político, econômico e cultural dos demais países. Com o que se conclui que as características globais assumidas pelo capitalismo em escala mundial dificultam sobremaneira aos países subdesenvolvidos qualquer saída que não seja pelas vias da ruptura política ao sistema econômico mundial.

A idéia de que a crise dos Estados na América Latina e em especial no Brasil tem lugar sobre bases muito diferentes dos países desenvolvidos, que poderia se argumentar em relação ao texto de Silva Jr., não é suficiente para impedir o autor de discuti-la criticamente, na medida que o contexto subentendido da sua análise é a do capitalismo periférico.

Concluindo pode-se dizer que entre as muitas idéias desenvolvidas por Silva Jr., no seu ensaio, três delas, pelo menos, se sobressaem pela capacidade de síntese que apresentam. A primeira diz respeito à idéia básica de Silva Jr. quanto ao surgimento da hegemonia da doutrina neoliberal no mundo, como sendo uma resposta política, econômica, jurídica e cultural para a crise de hegemonia atravessada pelo capitalismo baseado no regime de acumulação fordista iniciado nos idos dos anos 60. A segunda, diz respeito à compreensão do sentido global dado as reformas do Estado e da educação no período dos governos de FHC que foi a de marcar os processos de reforma do Estado com o modelo dos consumidores como paradigma das relações sociais e a metodologia da estratégia das empresas privadas como paradigma da gestão pública. E por fim a terceira, extremamente associada a idéia anterior, das políticas públicas estarem sendo pensadas, pelos defensores da idéia de Estado mínimo, como simples indutoras da transformação da educação escolar em área de mercado, o chamado mercado educacional escolar. Nessa perspectiva o Estado abriria mão do seu papel tradicional de mediador na elaboração das políticas públicas transferindo para a sociedade civil essa função para em seguida introduzir nas funções públicas todo um conjunto e critérios típicos de mercado.

